

Receita para o problema da América Latina: menos juros e mais comércio.

A posição da América Latina na reunião do FMI foi traduzida, ontem, através da intervenção do ministro mexicano Jesus Silva Herzog. Em um discurso bastante incisivo, que se destacou entre as intervenções sem muito sabor de outros delegados, o ministro — sem negar a necessidade de uma política de ajustamento a ser seguida não para agradar o FMI, mas no próprio interesse dos países em dificuldades — insistiu quanto ao fato de que o problema da dívida externa deve ser resolvido através da expansão e não da estagnação.

Na opinião da América Latina, seria desejável que o processo de reajuste fosse melhor distribuído entre países devedores e credores, para permitir justamente esse crescimento, que será o único meio para pagar nossa dívida. O ministro mexicano exemplificou sua posição ao lembrar que um declínio de três pontos de porcentagem na taxa de juros no mercado internacional e um aumento de 10% no preço dos produtos exportados seria suficiente para extinguir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos dos 20 principais países devedores da América Latina.

Fim da recessão

Entre os países industrializados parece haver uma certa unanimidade em reconhecer que a recessão acabou nos países ricos, ainda que nem todos admitam que estejamos diante de uma recuperação tranquila e duradoura. Com uma certa ironia, o delegado italiano, ministro do Tesouro, Giovanni Goria, lembrou que a redução da inflação nos Estados Unidos se devia, em parte, ao empréstimo que os países produtores de bens primários lhes haviam feito através de uma redução dos seus preços e disse esperar que esse empréstimo seja reembolsado.

Se o ministro do Reino Unido quis citar em exemplo seu país, que, ao aplicar uma política de austeridade tanto no plano mo-

netário quanto fiscal conseguiu reduzir a inflação e elevar o crescimento, o ministro da República Federal da Alemanha não se mostrou tão convencido da duração da recuperação atual e destacou o fato de que a atual incerteza representa um ônus para a tomada de decisões na vida econômica.

O problema de uma nova emissão de direitos especiais de saque foi abordado por quase todos os países industrializados. A Alemanha e a Itália encontram-se ao lado da Hungria e todos os países em desenvolvimento para apoiar uma nova emissão da moeda internacional.

Tem-se a impressão, ao fim dessa segunda jornada da reunião do FMI, que os participantes da reunião anual procuram-se convencer de que a situação internacional melhorou; que encontramos a receita para resolver o problema da crise dos países endividados; que basta prosseguir numa política de reajuste para sair do impasse. Apenas se reconhece que seria útil aumentar a ajuda aos países mais pobres. Não se pensa no custo social exigido de alguns países através da sua política de ajuste, não se imagina que o setor bancário internacional poderá entrar em colapso, nem tão pouco que o preço do petróleo poderá voltar a subir. Pelo menos tais preocupações não transparecem nos discursos dos delegados. O que não significa que, em torno da reunião, não se estejam realizando estudos muito sérios, como os desenvolvidos pelo chamado Grupo dos Trinta, presidido pelo ex-diretor-gerente do FMI, Johannes Witteveen, que está propondo uma reforma substancial da atuação do organismo internacional — o FMI, ao obter poderes mais reais para fiscalizar bancos no mercado internacional poderia, em compensação, oferecer um seguro para os empréstimos do setor privado, considerados indispensáveis.